

***Balada de amor ao vento* – representações do universo familiar moçambicano**

Christina Ramalho

Doutoranda em Semiologia na UFRJ, professora de Literatura Brasileira na Fundação Educacional Rosemar Pimentel (Volta Redonda – RJ) e na Universidade Veiga de Almeida (Rio de Janeiro – RJ)

Introdução

“Sei que devo modificar o ambiente pela força de meu espírito por que às preces aos deuses homens ou aos deuses mulheres, quer sejam feitas em voz alta ou silenciosa, as únicas respostas que se obtêm são silêncio absoluto.”
(PAULINA CHIZIANE, 1992: 13)

A romancista e ensaísta moçambicana Paulina Chiziane (Gaza, 1955) é hoje uma das vozes mais expressivas no que tange à revelação da história e dos costumes de um país ainda tão pouco visitado pelo pensamento crítico brasileiro. Conhecê-la é, portanto, ter a possibilidade de transitar pelo universo cultural multifacetado de uma nação que, dominada até 1975 pelo colonizador português, agrega em si valores sociais díspares, como, por exemplo, a monogamia e a poligamia; uma inscrição lingüística plural; além de um complexo de situações político-econômicas sempre beirando a guerra e a miséria. Outro aspecto interessante é o engajamento da escritora com as questões relacionadas à condição social da mulher em Moçambique. Seu primeiro romance, *Balada de amor ao vento*, publicado em 1990, reflete sobre a sobrevivência de certos valores familiares tribais contrapostos às diretrizes urbanas que, impregnadas pela orientação cristã, deram novo direcionamento para a instituição familiar moçambicana. A mulher, no centro dessas articulações ideológicas, sofre a impossibilidade de construir uma identidade e reconhecer seu real espaço de atuação como cidadã.

A imagem de sofrimento, para aqueles que começam a estudar a cultura moçambicana, é inevitável. Contudo, um aprofundamento maior leva a descobertas fantásticas e a uma conclusão imediata: somente um país com grande força de criação poderia reunir em sua cultura expressões de tão grande beleza, através das quais estão traduzidos momentos históricos díspares, uma realidade econômica perversa, uma natureza ímpar, e, principalmente, uma vivência cultural multifacetada e, por isso mesmo, extremamente interessante e convidativa para o pesquisador.

As informações a seguir não conseguirão “contar” Moçambique. Estão, apenas, relacionadas àquilo que meu passeio particular pelo cabedal de textos sobre o país, orientado pelo acesso ao pensamento crítico e à produção literária da escritora Paulina Chiziane, conseguiu arregimentar. O que poderá ser observado, ao final, é que a realidade moçambicana hoje traduz, de forma curiosa, toda a problemática da confluência de questões como identidade, alteridade e globalização.

Aspectos geográficos

Moçambique, república do sudeste africano, faz fronteira ao norte com a Tanzânia, a leste com o Canal de Moçambique, a sul e a sudeste com a África do Sul e Suazilândia e a oeste com o Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Tem uma superfície de 801.590 km². Maputo (ex Lourenço Marques) é a capital.

O país pode ser dividido em duas grandes regiões, separadas pelo rio Zambeze (com 850 km de extensão dentro do país), que corre para sudeste: as planícies do sul, com menos de 200m de altitude; e os planaltos do norte, com altitude entre 200m e 600m, no litoral, e entre 1.500m e 2.450m, nas regiões montanhosas. O ponto culminante do país é o monte Bingu, com 2.436m. Os numerosos rios de Moçambique correm, em sua maioria, para o Oceano Índico. Os principais são: ao centro, como já dito, o Zambeze; ao sul, o Limpopo; e ao norte, o Rovuma. Os rios Lúrio, Ligonha, Save, Changane e Komati (Incomáti) definem muitas das fronteiras políticas e étnicas locais.

O clima tropical marítimo apresenta duas estações bem definidas: chuvosa (de novembro a março) e seca (de abril a outubro). As regiões úmidas abrigam uma densa vegetação tropical (rica em pau-ferro, palmeiras e ébano), enquanto as planícies secas possuem vegetação de savana, com gramíneas e arbustos esparsos. Coqueiros e mangues são comuns no litoral, especialmente no delta do Zambeze. A fauna de Moçambique inclui zebras, búfalos, rinocerontes, elefantes, girafas, leões, hienas e crocodilos. A vida selvagem é protegida em reservas e parques nacionais, o maior dos quais é Gorongosa (5.670km²).

As etnias e a religião

“Como nas outras colônias portuguesas no continente africano, Moçambique constitui, sob o ponto de vista tribal, uma manta de retalhos, onde predominam dez grandes grupos étnicos. As tribos pouco cooperam entre si, caracterizando-se suas relações, muitas vezes, mais pela animosidade recíproca do que pela convergência de interesses. Em volta dos grandes centros (mas, sobretudo, Lourenço Marques) vive uma multidão de destribalizados, que demandaram a cidade em busca de melhor fortuna, mas encontraram antes a miséria e a discriminação. É no seu seio que se geram as primeiras consciências anticoloniais da época dos nacionalismo africanos.” (JOAQUIM VIEIRA, 1988: 8)

Com uma população (1993) de 16.341.777 habitantes e densidade de 20 hab/km², Moçambique tem como principais cidades Maputo (1.215.000 habitantes), Beira (269.000 habitantes) e Nampula (182.600 habitantes).

O português é o idioma oficial, mas seu uso limita-se praticamente às áreas urbanas. A grande maioria da população fala línguas do grupo nígero-congolês, da família banto, que predomina no centro e no sul da África. Por outro lado, as línguas européias e asiáticas estão praticamente limitadas às cidades portuárias de Maputo, Beira, Quelimane, Nacala e Pemba. O suaíle é falado no litoral norte. Tal diversidade traduz bem a complexidade cultural do país e as decorrentes dificuldades para se traçar um desenho da identidade moçambicana.

Moçambique apresenta quatro grandes grupos étnicos, cuja localização, de Sul para Norte, se distribui da seguinte maneira: *tongas*, com ramificações no distrito de Tete, cujos principais subgrupos denominam-se *changanas* ou *tsongas*, *chopes*, *tsuas* e *rongas*; *carangas*, entre o Save e o Zambeze; *nhanjas*, que ocupam todo o noroeste do país e maior parte do vale do Zambeze e a província do Niassa, sendo *vanhúnguès*, *atande*, *ajaua* (*yaos*), *anguro*, *senga* e *maganja* seus subgrupos; e *macuas*, que se estende por toda a província de Moçambique, Cabo Delgado e uma pequena faixa no Niassa, com os subgrupos dos *lómués*, *chacas*, *medos*, *acherimas*, *podzos*, *macondes*, entre outros. Pode-se considerar a existência de 14 agrupamentos lingüísticos, divididos em dialetos, falados em todo o país.

A grande maioria da população é constituída de negros bantos. Grupos etnolingüísticos que vivem ao norte do rio Zambeze, entre os quais os macuas, praticam agricultura extensiva e sua descendência é contada pela linha materna. Os yaos, no norte, são muçulmanos que intermediaram o comércio de escravos entre os árabes e as tribos do interior durante os séculos XVIII e XIX.

Cerca de 50% da população seguem crenças tradicionais, 31% são católicos e 13% são muçulmanos. As populações tribais mantêm sua tradição animista, mas há também numerosos adeptos do islamismo, talvez a primeira religião exógena a penetrar o território. Entre os cristãos, a maioria é formada de católicos, seguidos por anglicanos e metodistas.

Aspectos históricos

O território de Moçambique apresenta vestígios de povoamento humano que datam do paleolítico inferior. Lá foram encontrados sítios líticos e concheiras no litoral, além de ruínas de recintos amuralhados atribuídas a negros bantos ou pré-bantos, sob possíveis influências exógenas, talvez indianas. Entre os sítios de arte rupestre, de data desconhecida, estão os de Xitumbazi, Xicolone e Xabombo.

Entre os séculos XI e XV, os árabes instalaram feitorias no litoral. Mercadores muçulmanos expandiram suas possessões na costa da Somália e fundaram as primeiras cidades: Melinde, Moçamba, Zanzibar, Quíloa, Moçambique e Sofala. As relações comerciais, que mobilizavam ainda persas e suaíles (bantos islamizados), atingiram também os bantos do interior, inclusive a confederação tribal dos macarangas, povo da estirpe chona com capital, desde o século XII, na região do Grande Zimbábue. No século XV esse povo era governado por Motota, que se intitulava *mwene mutapa* (Monomotapa), isto é, “senhor das minas” ou “senhor das regiões devastadas”. Esse título foi depois atribuído a Mutapa, filho de Motota e a seus descendentes.

As lendárias minas do Monomotapa, imortalizadas por Camões em *Os lusíadas*, o marfim abundante e, mais tarde, o lucrativo comércio de escravos, foram alguns dos elementos que transformaram Moçambique em atraente alvo de conquistas de vários países, que, ao longo dos séculos, configuraram o caráter da nação.

Antes da chegada de Vasco da Gama, em 1498, a costa da África oriental era ocupada pelas denominadas cidades-estado Zenj, governadas pelos árabes. Elas foram substituídas e

Portugal dominou a região. No século XVII, o comércio português de escravos destruiu o Império Monomotapa, o estado banto mais poderoso da região.

Vasco da Gama chegou a Moçambique com sua armada em 1498 e aliou-se a Melinde contra a hostilidade das demais cidades suaíles, cuja antiga civilização islamizada era muito mais refinada que a portuguesa. Em 1502 Vasco da Gama fundou uma feitoria na ilha de Moçambique. Quatro anos depois os portugueses se apoderaram de Sofala, cuja prosperidade declinou, em função da mudança de rota de exportação do ouro empreendida pelos comerciantes árabes.

Quando os portugueses entraram em contato com o Monomotapa em 1511, o reino banto estava em declínio. Sempre em busca do ouro, Portugal tentou cristianizar o reino banto. Em 1544, Lourenço Marques fundou um posto em Quelimane de modo a dominar o delta do Zambeze, e o comércio estendeu-se então para Inhambane e Lagoa, ao sul. No litoral norte, a linha do cabo Delgado transformou-se no limite natural da expansão portuguesa.

No reinado de D. Sebastião os portugueses resolveram apelar para a força e, em 1569, enviaram para o Zambeze uma força expedicionária de mil homens, sob o comando de Francisco Barreto, antigo governador-geral da Índia. Dizimada por epidemias e pela hostilidade dos mouros e aborígenes, a expedição encerrou-se em 1575. Até o século XIX, porém, o vale do Zambeze e a região do Monomotapa continuaram a mobilizar Portugal, que em 1629, no reinado de Filipe III, depôs o monomotapa reinante e colocou no lugar um parente dele, Mavura, batizado com o nome cristão de Filipe. Com a ascensão do changamire Gurushawa, no entanto, os portugueses foram expulsos sem terem atingido seu objetivo.

Após tentativa frustrada de comercializar, por intermédio da Companhia de Comércio, fundada em 1697, o abundante marfim de Moçambique, Portugal voltou-se para o lucrativo comércio de escravos. Desde 1640, a costa da África abastecia as colônias da América, sobretudo o Brasil, e entre 1780 e 1800 chegaram a ser embarcados por ano, nos navios negreiros, cerca de 25.000 homens, mulheres e crianças para trabalhar em cafezais e canaviais.

Os reservatórios do tráfico escravo eram os “prazos”, que remontam à penetração rumo ao interior empreendida no século XVI por soldados e mercadores portugueses e indianos. Os “prazeiros”, como eram conhecidos, obtiveram, junto a alguns chefes nativos, assistência militar e o pagamento de tributos. Chegaram até a formar exércitos particulares de escravos. Portugal não só lhes deu reconhecimento como criou outros prazos ditos “da Coroa”.

O domínio português sobre a região foi contestado pelos Países Baixos, Reino Unido, França e Áustria, sobretudo em função da doutrina da ocupação efetiva adotada na Conferência de Berlim (1884). Das potências européias, Portugal era, no entanto, a que podia reivindicar a presença histórica mais antiga. As disputas de Portugal com os ingleses levaram à assinatura de um tratado, em 1891, que delimitou as fronteiras das possessões pertencentes às duas potências. Só então efetivou-se de fato a ocupação militar e administrativa de Moçambique por Portugal. Em 1919, o Tratado de Versalhes incorporou

ao território moçambicano a região entre o Rovuma e Cabo Delgado, dita triângulo do Quionga, até então alemã.

O governo português do século XX foi autocrático, em particular durante a ditadura de António Salazar. Na década de 1920, começaram a ser fundadas as primeiras associações nacionalistas – entre elas, a Liga Africana, em Lisboa, o Grêmio Africano, depois Associação Africana, e o Instituto Negrófilo – mas a ditadura salazarista encarregou-se de sufocá-las. Até 1942, quando Lisboa começou a ocupar-se diretamente da província, Moçambique esteve praticamente dominada por companhias majestáticas dotadas de privilégios, como a Companhia de Moçambique, a Companhia do Niassa e a Companhia do Zambeze, das quais a primeira foi a mais importante. Em 1962, durante um congresso em Dar es Salaam, Tanzânia, os diversos movimentos políticos clandestinos uniram-se para formar a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), presidida por Eduardo Mondlane, cientista social e político que dedicou a vida à independência de seu país. Mondlane morreu em 1969 vítima de uma bomba postal. A ele sucedeu Samora Machel. Em 1964, começou uma revolta contra o governo português e a guerra subsequente terminou depois da *Revolução dos cravos* em Portugal (1974), que se retirou de Moçambique. O país se tornou independente em junho de 1975. A FRELIMO, Frente para a Libertação de Moçambique, dirigida por Samora Machel, criou um estado marxista-leninista.

Segundo a Constituição de 1975, Moçambique era uma república dirigida pela FRELIMO, o único partido legal¹. O poder executivo era exercido pelo presidente e o partido dominava a Assembléia Popular, o corpo legislativo. Em 1976, a pressão dos regimes racistas da Rodésia (atual Zimbábue) e da África do Sul levou Moçambique a estreitar seus laços com a União Soviética e com os governos socialistas africanos. As atividades da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), grupo rebelde de direita, intensificaram-se. Em 1983, as operações guerrilheiras estendiam-se a todas as províncias do país, com exceção de Cabo Delgado. O governo acreditava que os recursos dos guerrilheiros provinham da África do Sul, com que Moçambique firmaria um acordo de não-agressão em 1984.

Em 19 de outubro de 1986, um desastre de avião matou o presidente Samora Machel. Em seu lugar, assumiu o ministro do Exterior, Joaquim Chissano. Em novembro de 1990, com o objetivo de promover a harmonia nacional, o governo renunciou ao socialismo, trocou o nome do país de República Popular de Moçambique para República de Moçambique, promulgou uma nova constituição e instaurou uma democracia pluripartidária. Os conflitos com a RENAMO, porém, continuaram. Em 1991, o grupo rebelde desencadeou uma nova onda de violência no país e, mesmo após a assinatura de um acordo de paz entre os líderes da FRELIMO e da RENAMO, em 4 de outubro de 1992, as ameaças de um conflito civil continuaram. Em 1994, Chissano foi reeleito, e a 12 de novembro de 1995 Moçambique passou a integrar a Comunidade Britânica de Nações.

O governo de Moçambique foi estruturado pela constituição nacional, elaborada pelo comitê central da FRELIMO e apresentada após a independência. Segundo a constituição, o presidente do país, também presidente da FRELIMO, chefiava o Conselho de Ministros, a Assembléia do Povo eleita (com mais de 200 membros), o comitê central do partido e comandava as forças armadas. Como era necessário ser membro da FRELIMO para ocupar qualquer cargo político, os cargos de maior poder eram distribuídos entre um grupo muito

pequeno de membros de confiança do partido. Em 1990, uma nova constituição promoveu mudanças radicais no governo. Candidatos de partidos rivais teriam que ser eleitos por sufrágio universal e voto secreto. O presidente poderia ser reeleito para, no máximo, dois mandatos consecutivos de cinco anos. A constituição criou uma Assembléia da República, de 200 a 250 membros, com capacidade limitada para vetar ações do executivo, aboliu a pena de morte, confirmou a liberdade de imprensa, o direito de greve dos trabalhadores e o instituto de habeas corpus. Vários partidos políticos surgiram sob a nova legislação: o Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO) e a União Nacional Moçambicana (UNAMO) estão entre os maiores.

Para encerrar o aspecto histórico, cito trecho do texto de Boaventura de Sousa Santos extraído do jornal JL, de 08 de setembro de 1999:

“A Paz

Como a paz é a mãe de todos os bens públicos, começarei por ela e analisarei os demais bens públicos em função dela. Joaquim Chissano assumiu o valor da paz com inabalável convicção, alimentando-a, como só um filho da terra o pode fazer, nas águas silenciosas das aspirações de um povo mártir dilacerado por uma sucessão de guerras diferentes, todas iguais na morte e na dilapidação. Para conseguir a paz, tomou medidas políticas ousadas que lhe poderiam ter trazido elevados custos políticos. Prevaleceu a determinação e hoje o presidente Chissano é unanimemente considerado como o principal obreiro da consolidação da paz, um período de seis anos de convivência pacífica, tanto na sociedade política como na sociedade civil, um facto político quase totalmente inédito sobretudo na África Austral.”

Infelizmente, ainda haveria no caminho dos moçambicanos uma nova guerra: a guerra pela sobrevivência após as terríveis enchentes que assolaram o país no ano 2000.

Economia, educação e saúde

Moçambique tem uma economia planificada com base na agricultura — as principais plantações são de anacardos, cana-de-açúcar, algodão, copra e chá —, no comércio internacional e nas indústrias leves. A unidade monetária é o *metical*. O produto interno bruto apresenta taxa de crescimento zero e a renda per capita é uma das mais baixas do mundo². A guerra civil paralisou a produção industrial.

Responsável por aproximadamente quarenta por cento do produto interno bruto do país, a agricultura emprega oitenta por cento da força de trabalho moçambicana. Entre os produtos do extrativismo florestal estão as oleaginosas (coco, castanha de caju, amendoim, rícino, gergelim e girassol), copra, borracha e madeira.

A pecuária é pouco desenvolvida, e os principais rebanhos são o bovino e o caprino. A pesca industrial é praticada nas águas costeiras, enquanto nas ramificações e alagados do delta do Zambeze as tribos locais pescam para consumo próprio.

A principal riqueza do solo é o carvão de Moatize, no vale do Zambeze, perto da ferrovia que acompanha o Limpopo e na bacia do Niassa. O país dispõe da maior reserva mundial de tantalita e registra-se ainda em solo moçambicano a existência de minério de ferro, grafita e minerais radioativos. Ouro, prata e diamantes são extraídos em pouca quantidade. A energia elétrica é gerada principalmente pela hidrelétrica de Cabora-Bassa, no rio Zambeze, e boa parte dela é exportada para a África do Sul.

Apesar do êxodo da maioria da mão-de-obra especializada e da classe empresarial do país após a independência, a produção industrial aumentou modestamente até o início da década de 1980. Depois disso, a indústria de ponta e a construção passaram por um período de estagnação. Após 15 anos de independência, a produção industrial havia declinado em dois terços. As guerras internas foram as principais responsáveis por essa retração na economia.

É difícil falar em economia num país cujos reflexos da guerra ainda se fazem ecoar tanto no meio rural quanto no urbano. O solo desgastado pelos constantes combates armados influenciou para o aumento da migração, com decorrente elevação nas taxas de densidade demográfica urbana, e para a baixa produção no setor familiar rural. Ainda assim, o ambiente rural propicia a prática de uma agricultura familiar. Contudo, nessas regiões, a “educação escolar” sofre com a incidência do êxodo, uma vez que mulheres, jovens e crianças têm que dedicar às práticas agrícolas a maior parte de seu tempo.

Nas áreas suburbanas, a questão “educação” tende a caminhar por caminhos paradoxais: de um lado, é vista como meio de melhoria das condições sócio-econômicas da família; por outro, é tida como meio de acesso a valores “degenerados”. O ambiente urbano, por sua vez, sofre grande influência dos padrões ocidentais e, em vista disso, a educação é tida como meio de ascensão social. No entanto, em nenhum dos ambientes, está presente na escola a valorização das histórias e costumes locais.

A educação é gratuita para todos os níveis de escolaridade e obrigatória entre 7 e 14 anos. O ensino superior é oferecido pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

Em relação aos costumes locais, vale ressaltar que especificidades culturais estabelecem procedimentos e valores muitas vezes bastante diversos, como, por exemplo, observa Carmen Medeiros Zucula (1992:203):

“As comunidades matrilineares (como em Niassa e Nampula) respeitam a decisão da linhagem feminina, enquanto que em áreas como Gaza e Maputo, o homem continua a ser o único a decidir. A educação das raparigas é mais ritualizada e rigorosa nos grupos de características matrilineares do que nos grupos de feição patrilinear. O papel social que é esperado da mulher, dos grupos matrilineares, dá-lhe mais estabilidade social.”³

No tocante à sanidade física e mental, os serviços de saúde passaram por um processo de aperfeiçoamento no final do século XX. O atendimento médico é gratuito no sistema de saúde estatal e os planos de saúde governamentais dão prioridade ao treinamento médico, numa tentativa de substituir a mão-de-obra especializada que, conforme foi dito, abandonou o país no final do período colonial. Contudo, a situação do sistema de saúde no país ainda é precária. As doenças mais comuns são malária, tuberculose, infecções

gastrointestinais, pneumonia, sarampo e hepatite. A expectativa média de vida do moçambicano é de 46 anos, e a taxa de mortalidade infantil está entre as mais altas do mundo.

A oratura e a literatura em Moçambique

Moçambique apresenta ampla diversidade cultural e lingüística. Em meio à variedade de línguas, relações sociais, tradições artísticas, vestuário e padrões de ornamentação há uma expressão cultural criativa e dinâmica na música, na poesia oral, na dança e no teatro. Neste item, tratarei de dar apenas um breve panorama da “História da Literatura Moçambicana”, contudo, é preciso ressaltar que em termos de cultura moçambicana (e africana em geral) é no estudo da “oratura” que se encontra a mais legítima expressão da multifacetada raiz de sua identidade. Todo pesquisador que tome Moçambique como centro de sua pesquisa terá que buscar fontes sobre a “oratura” e, a partir da observação das especificidades dessa “oratura”, reler a inscrição cultural do país. Claro que, através da literatura, muito dessa “oratura” se faz presente. Contadores de histórias são personagens constantes nas narrativas moçambicanas, por exemplo.

Nesta breve apresentação do contexto cultural moçambicano, através do trajeto de sua literatura, portanto, ficará a lacuna da oratura, percurso que, em si, exigiria um aprofundamento por hora inviável.

Antes da dominação portuguesa, portanto, havia todo um repertório de influências orientais que, posteriormente, seria repudiado pelos colonizadores:

“O domínio português em Moçambique difundiu seus estereótipos e seus fetiches, tratando como Outros não só os negros de origem banto, mas também os indianos, os árabes e os ‘mouros negros’ encontrados na região, passando aos colonizados africanos os preconceitos europeus contra os orientais.” (CARMEN TINDÓ SECCO, 1999:256)

A partir da ação colonizadora portuguesa, novos hábitos e tradições serão incorporados ao modo de vida moçambicano, já por si só multifacetado, dadas as diversas inscrições tribais e lingüísticas já abordadas. Essa incorporação, entretanto, se configurará como “matriz oficial” da cultura moçambicana, circunstância facilitada pelo domínio lingüístico, uma vez que, sendo a “oratura” o traço mais forte da transmissão cultural na região, não havia uma “escritura” de se mantivesse como força de oposição, a ponto de influenciar para que o domínio da cultura portuguesa européia pudesse ser atenuado pelas especificidades culturais locais. Por essa razão, a implantação de uma “literatura” deu-se pelo tradicional viés do cânone ocidental.

“Só na segunda metade do século XIX, os portugueses investiram em suas colônias africanas, fundando a imprensa, escolas e impondo a língua portuguesa como idioma oficial. Data desse período, aproximadamente, o aparecimento da literatura escrita em língua portuguesa. As poesias que surgem, então, reduplicam os cânones poéticos europeus trazidos pelos colonizadores. Apesar de as tradições orais, paralelamente, continuarem circulando entre a população nativa, foram desprezadas pelos círculos intelectuais que se formavam, pois estes se pautavam pelos paradigmas da portugalidade que a política assimilacionista veiculava como ideal.”

(CARMEN TINDÓ SECCO, 1999:257)

Moçambique foi tema pela primeira vez no “poema épico em um acto”, do jesuíta João Nogueira (séc. XVII). Também alguns poemas do brasileiro Tomás Antônio Gonzaga retratam o país. Essas “escrituras”, contudo, estariam muito longe de representar a “nacionalidade moçambicana”, conceito que somente muito tempo depois seria dimensionado pelo pensamento intelectual e artístico do país.

Estudando e firmando uma periodização para a Literatura Moçambicana, o pesquisador Pires Laranjeira reconheceu e definiu cinco diferentes períodos, organizados do seguinte modo: um primeiro e um segundo períodos que ele chama *de preparação*, um terceiro período que ela chama *de formação*, um quarto período *de desenvolvimento*, e um quinto período, *de consolidação*.

O 1º período tem suas origens na permanência dos portugueses na região índica e estende-se até o ano de 1924, ano anterior à publicação de *O livro da dor* de João Albasini. Foi chamado pelo autor período de Incipiência, por ser “um quase deserto secular, que se modifica com a introdução do prelo, no ano de 1854, mas sem os resultados literários verificados em Angola.” Campos Oliveira (1847-1911), na poesia, e João Albasini, na prosa, são, segundo o historiador, os nomes mais representativos desse período.

O 2º período, nomeado Prelúdio, estende-se da publicação de *O livro da dor* até o final da II Guerra Mundial, e inclui o livro do jornalismo João Albasini, os poemas dispersos, nos anos 30, de Rui Noronha, depois publicados em livro, com o título de sonetos (1946).

A partir do início do século XX, escritores e jornalistas africanos publicaram seu próprio jornal na capital. Apesar dos problemas de censura colonial, a publicação atuou como um fórum para escritores e intelectuais africanos ao longo do século. Desde então, começou a ser estruturada a consciência da “moçambicanidade”.

“Uma nova época foi inaugurada, portanto, a seguir à II Guerra Mundial. Durante cerca de 20 anos (até 1963), a literatura moçambicana alcançará a autonomia definitiva no seio da língua portuguesa. Quanto ao rigoroso estabelecimento inicial deste novo e decisivo período, há três posições: a de Reui Knopili, que considerou a publicação de dois poemas de Fonseca Amaral, ‘Pátria’ e ‘Penitência’, em 1945, e de Cinco poesias do mar Índico’, de Orlando Mendes, em 1947, como o arranque de uma fase diferente para a literatura moçambicana; a de Ilídio Rocha, que preferiu datar o início dessa fase nas duas comunicações de Augusto dos Santos Abranches (neo-realista português que viria a falecer no Brasil) sobre literatura colonial e poesia moçambicana, em setembro de 1947, ao 1º Congresso da Sociedade de Estudos, em Lourenço Marques; a de Orlando Albuquerque, que reivindicou para o grupo de moçambicanos que viviam em Coimbra, em meados dos anos 40 (1946-1950), um papel no desenvolvimento da literatura moçambicana.”

(PIRES LARANJEIRA, 1995:259)

Relacionados aos primeiros passos do nacionalismo, virão os nomes de Noémia de Souza, Marcelino dos Santos, Craveirinha, Orlando Mendes, Rui Nogar, Virgílio de Lemos, Rui

Guerra, Fonseca Amaral, e outros. Está implantado o que Pires Laranjeira chamará de 3º período.

O 3º período abrangendo o intervalo de 1945-48 a 1963, caracteriza-se pela intensiva Formação da literatura moçambicana. Uma inaugural consciência de grupo instala-se no seio dos (candidatos) a escritores, tocados pelo Neo-realismo e, a partir dos primeiros anos de 50, pela *Negritude*.

Um novo período abarcará a fase imediatamente anterior à independência, ou seja, os anos que se estenderam entre 1964 e 1975. A tônica anticolonialista e revolucionária é recorrente nos textos produzidos nessa época.

O 4º período, que vai de 1964 até 1975, ou seja, do início da luta armada de libertação nacional à independência do país (a publicação de livros fundamentais coincide com estas datas políticas), é denominado “período de Desenvolvimento da literatura”, e se caracteriza pela coexistência de maciça atividade cultural e literária no *hinterland*, no *ghetto*, apresentando textos cuja feição não explicita caráter marcadamente político (em que pontificavam intelectuais, escritores e artistas como Eugénio Lisboa, Rui Knopfli, o português Antonio Quadros, entre outros) e, por outro lado, poemas anti-colonialistas que incitavam à revolução e tematizavam a luta armada.

Nós matamos o cão-tinroso, livro de contos de Luís Bernardo Honwana, publicado em 1964, torna-se marco da ampliação dos horizontes da produção ficcional em Moçambique. *Portagem*, de Orlando Mendes, escrito em 1966, ficará, contudo, registrado como o primeiro romance moçambicano.

Um outro fato, todavia, vai modificar o quadro da literatura moçambicana: a migração de muitos intelectuais e artistas antes e depois da independência. Essa migração vai ampliar a natureza híbrida da cultura moçambicana, pois muitos desses autores passarão a sofrer influência mais incisiva da cultura europeia, chegando mesmo àquilo de Pires Laranjeira (1995:350) chama de “identidade nacional indefinida, vacilante ou dupla”:

“Nos anos 60 e 70, em Moçambique, vão estar em cena bastantes escritores que abandonarão o país na independência (pouco antes ou pouco depois, sobretudo brancos, mas também um que outro mulato). Intensifica-se assim uma tendência própria da colônia qual seja a de criar muitos intelectuais, escritores e artistas com uma identidade nacional indefinida, vacilante ou dupla, escritores que passam a sentir-se moçambicanos e/ou portugueses: Rui Knopfli, Glória de Sant’Anna, Guilherme de Melo, Jorge Viegas, Sebastião Alba, Lourenço de Carvalho, Eduardo Pitta, João Pedro Grabato Dias (ou Multimati Barnabé João ou António Quadros), Eugénio Lisboa, Ascêncio de Freitas, etc. Outros, como Mia Couto, Heliodoro Baptista, Leite Vasconcelos, ficarão no Índico, assumindo sem reservas a cidadania moçambicana.”

(PIRES LARANJEIRA, 1995:350)

Um último período definirá a situação atual da Literatura Moçambicana, o 5º período, inscrito entre 1975 e 1992, chamado de Consolidação. A partir desse momento passou a

não haver dúvidas quanto à autonomia e extensão da literatura moçambicana. Da independência até 1982, foi notável a divulgação de textos engavetados ou dispersos. Texto típico foi *Silêncio escancarado* (1982), primeiro e único livro de Rui Nogar (1935-1993). Também são encontrados textos de exaltação patriótica, de culto dos heróis da luta de libertação nacional e de temas marcadamente doutrinários, militantes ou empenhados, no tempo da independência.

Segundo Pires Laranjeria, a publicação de *Terra sonâmbula* (1992), de Mia Couto, encerraria esse quinto período. Assim, hoje, Kalungano, o próprio Mia Couto, Ungulani, Ba Ka Khosa, Hélder Muteia, Pedro Chissano, Juvenal Bucuane, Luís Carlos Patraquim, Sérgio Vieira, Simeão Cachamba, Paulina Chiziane, Júlio Carrilho, Eduardo White, Carneiro Gonçalves, entre inúmeros outros, através de suas obras, representam os novos e atuais rumos dessa “moçambicanidade alcançada” que, entre outras coisas, revela sua hibridez, sua, enfim, multifacetada inscrição cultural.

A mulher em Moçambique

A migração para a cidade é um fator importante em termos de perfil da economia moçambicana, uma vez que realça a importância da mulher como fonte de sustento da família. Como o número de homens que migram para a cidade em busca de melhores condições de vida é muito mais representativo do que o número de mulheres que fazem o mesmo, resta às mulheres que ficam nas zonas rurais garantir a sobrevivência dos filhos e idosos. No entanto, atualmente também é grande o número de mulheres, principalmente as solteiras, divorciadas e viúvas, que buscam novos projetos de vida na cidade, principalmente em Maputo, importante pólo de concentração operária. A falta de escolaridade, entretanto, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, incide para o aumento da prostituição.

O lobolo, tradição em comunidades como a “tsonga”, consiste num dote pago pelo homem à família da mulher com quem se casará, vem sendo repudiado pelas mulheres. O lobolo constituiu-se durante muito tempo no único meio de melhoria das condições econômicas das famílias, principalmente no meio rural. No entanto, através dele, era negado à mulher o direito de controle da propriedade, uma vez que a prática fazia da mulher um “bem” transmitido do pai para o marido. A impossibilidade, por parte do homem, de cumprir o pagamento do lobolo prometido, que acabava por tornar-se uma dívida infinda, aliada ao grande número de casamentos comerciais realizados que fracassavam com o tempo e à necessidade de migração do elemento masculino, gerou a fragmentação das famílias, problema social difícil de ser resolvido, principalmente quando se leva em conta a até então obrigatória função procriadora da mulher, de quem invariavelmente se esperava grande número de filhos. Hoje espera-se firmar o lobolo como uma prática meramente simbólica, contudo, isso somente ocorrerá quando o direito da mulher à propriedade deixar de ser mediado por um contrato de casamento.

“Em Moçambique, o povo tsonga celebra o mbelele quando a comunidade é afectada por uma grande seca. Antes de decidir a realização do magno ritual, os homens castigam as mulheres. Fazem preces para os deuses do pai e da mãe. Falham. Os reis e os sacerdotes fazem preces aos deuses do clã ou

da tribo. Falham. Recorrem de novo à mulher porque reconhecem nela a fertilidade e a sobrevivência do mundo. No mbelele, elas correm nuas de baixo do sol abrasante revolvendo sepulturas, purificando a terra, gritando, cantando para que as nuvens escutem. Só a nudez da mulher é que quebra o silêncio dos deuses e das nuvens porque ela é a mãe do universo.” (PAULINA CHIZIANE, 1992:12/13)

Responsáveis pela produção de alimento, transporte de água, educação, saúde e planejamento familiar, e trabalhando em circunstâncias extremas como situações de calamidade pública, doenças endêmicas e conflitos armados, as mulheres africanas, em geral, e as moçambicanas, em especial, têm pouco reconhecimento legal de sua cidadania. Ao lado disso, também a religião é fator importante para a opressão da mulher:

“Nas religiões bantu, todos os meios que produzem subsistência, riqueza e conforto como a água, a terra e o gado são deificados, sacralizados. A mulher, mãe da vida e força da produção da riqueza, é amaldiçoada. Quando uma grande desgraça recai na comunidade sob a forma de seca, epidemias, guerra, as mulheres são severamente punidas e consideradas as maiores infractoras dos princípios religiosos da tribo pelas seguintes razões: são os ventres delas que geram feiticeiros, as prostitutas, os assassinos e os violadores de normas. Porque é o sangue podre das suas menstruações, dos seus abortos, dos seus nado-mortos que infertiliza a terra, polui os rios, afasta as nuvens e causa epidemias, atrai inimigos e todas as catástrofes.” (PAULINA CHIZIANE, 1992:12)

Voltando ao aspecto legal, segundo a Constituição de 1990, por exemplo, uma estrangeira que se case com um moçambicano pode adquirir cidadania moçambicana, mas, o mesmo não ocorre com um estrangeiro que se case com uma moçambicana. Existe, ainda, o chamado “poder marital”, que dá ao homem o direito legal de decisão em todos os aspectos da vida conjugal.

Buscando mudanças, órgãos como a OMM (Organização da Mulher Moçambicana, criada pela FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique), o PMD (Projecto Mulheres em Desenvolvimento), a CONFEREMO (Conferência das Religiosas Moçambicanas) e o CCM (Conselho Cristão de Moçambique); além de associações como a ADOCA (Associação das Donas de Casa), a ACTIVA (Associação de Mulheres Empresárias e Executivas), a MBEU (Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sócio-Económico das Mulheres) e a MULEIDE (Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento) estão envolvidos em projetos orientados para a melhoria das condições legais de cidadania para a mulher moçambicana.

Paulina Chiziane: uma entrevista possível

“Comparo a mulher à terra porque ela é o centro da vida. Da mulher emana a força mágica da criação. Ela é abrigo no período de gestação. É alimento no princípio de todas as coisas. Ela é prazer, calor, conforto de todos os seres humanos na superfície da terra.”

(PAULINA CHIZIANE, 1992:12)

As citações desta página e das anteriores dizem bastante desta moçambicana, nascida em Manjacaze, província de Gaza, no dia 4 de junho de 1955. Tendo iniciado suas atividades

literárias em 1984, quando publicou contos no jornal “Domingo” e no semanário “Tempo”, frequentou o curso de Lingüística na Universidade de Eduardo Mondlane. Seu primeiro livro foi *Balada de amor ao vento*. Por isso, mais que qualquer síntese biográfica que poderia fazer, será a própria Paulina que falará de si. Isso é possível porque no ensaio “Eu, mulher... por uma nova visão do mundo”, publicado no livro *Eu mulher em Moçambique*, em 1992, Paulina fala sobre seu país e sua vida, explicitando sua visão crítica acerca da condição cultural da mulher. Contudo, para dar destaque às afirmações mais reveladoras e contundentes, elaborei uma “entrevista fictícia”, uma montagem, portanto, onde, através das “perguntas” enfatizar-se-á a temática envolvida na afirmativa em destaque.

CR: Fale um pouco sobre sua família e seu ambiente natal...

PC: *“Na etnia Tsonga (minha etnia) quando uma rapariga nasce, a família e os amigos saúdam a recém-nascida dizendo: Hoyo-hoyo mati (bem vinda a água), atinguene tipondo (que entre o dinheiro), hoyo hoyo tihomo (bem vindo o gado). O nascimento de uma rapariga significa mais uma força de ajuda a transportar água, mais dinheiro ou gado cobrado pelo lobolo.*

Na infância a rapariga brinca à mamã ou à cozinheira, imitando as tarefas da mãe. São momentos muito felizes, os mais felizes da vida da mulher tsonga. Mal vê a primeira menstruação é entregue ao marido por vezes velho, polígamo e desdentado. À mulher não são permitidos sonhos ou desejos. A única carreira que lhe é destinada é casar e ter filhos.

Foi neste ambiente que eu nasci, numa família de pai, mãe e oito filhos. Pertença a uma família pequena comparada com as restantes onde havia duas ou mais esposas. /.../

As minhas memórias mais remotas são das noites frias à volta da lareira, ouvindo histórias da avó materna. Nas histórias onde havia mulheres, elas eram de dois tipos: uma com boas qualidades, bondosa, submissa, obediente, não feiticeira. Outra era má, feiticeira, rebelde, desobediente, preguiçosa. A primeira era recompensada com um casamento feliz e cheio de filhos; a última era repudiada pelo marido, ou ficava estéril e solteirona. /.../

Aos seis anos de idade abandonei o campo com os meus pais e fomos viver no subúrbio da cidade. Entrei na escola católica. Apesar das grandes diferenças na educação da casa e da escola, encontrei harmonia na matéria que dizia respeito ao lugar da mulher na vida e no mundo. Educação tradicional ensina a mulher a guardar a casa e a guardar-se para pertencer a um só homem. A escola também ensinava a obediência e a submissão e preparava as raparigas para serem boas donas de casa, de acordo com o princípio cristão.”

CR: Já no subúrbio, tendo contato com a escola e, através dela, com o livro e a literatura, o que mudou para você?

PC: *“... o livro exercia sobre mim um efeito mágico. Em toda a minha adolescência viajei pelo mundo do Oeste, idolatrei os seus heróis como Kit Carson, Búfalo Bill. Foi com a literatura marginal que entrei no mundo da leitura porque o meu meio social não tinha acesso a bibliotecas nem centros de cultura. Só no segundo nível de ensino secundário é que consegui tomar contacto com a verdadeira literatura.*

À medida que ia crescendo, ia contemplando os fundamentos da existência humana, cada dia com maior profundidade. Observava o labor dos seres humanos, o seu sacrifício, os homens que morriam sem nunca terem conseguido realizar os seus sonhos. Encontrava uma grande contradição entre o mundo que me rodeava e o mundo que residia no meu

íntimo. Senti necessidade de desabafar. Desabafar lavando nas águas do rio, como fazia a minha mãe, já não fazia parte do meu mundo. As cantigas na hora de pilar não eram suficientes para libertar minha opressão e projectar a beleza do mundo que sonhava construir. Comecei a escrever minhas reflexões.”

CR: Foi assim que se tornou escritora?

PC: *“Como me tornei escritora? É algo que não sei responder. Apenas posso dizer que a escrita escolheu-me, da mesma forma que a natureza me tornou mulher. Posso confirmar que a minha vivência também contribuiu para conduzir-me a este caminho.*

Primeiro foram as frases soltas dos cadernos. Depois foi o diário. A seguir foram os poemas e as cartas de amor no tempo da primeira paixão. Mais tarde foram textos mais seguros, pequenos contos, pequenas crônicas e o sonho de um dia escrever um livro.”

CR: Do sonho à realidade, o caminho foi rápido?

PC: *“Este sonho adormeceu porque me casei e queria ser uma boa esposa. Mas a vida conjugal deu-me a provar as primeiras amarguras. Minha alma tornou-se uma muralha de solidão e silêncio. Olhei para mim e para outras mulheres. Percorri a trajetória do nosso ser, procurando o erro da nossa existência. Não encontrei nenhum. Reencontrei na escrita o preenchimento do vazio e incompreensão que se erguia à minha volta. A condição social da mulher inspirou-me e tornou-se meu tema. Coloquei no papel as aspirações da mulher no campo afectivo para que o mundo as veja, conheça e reflita sobre elas. Se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes dá amargura da forma como pensam e sentem, ninguém o fará da forma como elas desejam. Foi assim que surgiu a minha primeira obra, ‘Balada de amor ao vento’, tornando-me deste modo uma das poucas escritoras do meu país.”*

CR: E como esse país recebeu Paulina Chiziane escritora?

PC: *“Como é que a sociedade recebeu a notícia de que eu estava a escrever o meu livro? Primeiro com cepticismo e muito desprezo por parte dos homens. Muitas pessoas acreditavam e ainda acreditam que a mulher não é capaz de escrever mais do que poeminhas de amor e cantigas de embalar. Consideraram-me uma mulher frustrada, desesperada, destituída de razão. Foi um momento terrível para mim. Mas, por outro lado estas atitudes tiveram um efeito positivo porque forçaram-me a demonstrar pela prática que as mulheres podem escrever e escrever bem. /.../ Do período que vai da escrita do livro até a sua publicação (1990)⁴, entrei em contacto com homens de diversas instituições e que não me ajudaram em nada ou ajudaram muito pouco. Contudo, quase todos eles não se esqueceram de fazer-me propostas sexuais, convites de jantar, como condição necessária para a ajuda de que tanto necessitava. Mais tarde entrei na Associação de Escritores. Mesmo ali a minha integração como mulher não se fez sem esforços.”*

CR: Contudo, você era uma mulher falando de amor...

PC: *“Nesta sociedade a mulher só pode falar de amor e sexo com outras mulheres e também em segredo. Falar em voz alta é um tabu, é imoral, é feio. No meu livro falo da vida, do amor e sexo. Com as minhas mãos accionei uma bomba sobre minha cabeça. Uma*

boa parte das pessoas pensa que escrevi o amor porque o pratico em demasia. Outros consideram-me uma pessoa bastante entendida em matéria de amor e sexo e com vontade de contar experiências. As boas pessoas evitam a minha linguagem e o meu contacto que consideram nocivo e comprometedor.”

CR: Até hoje?

PC: *“Dois anos depois da publicação desta obra, ainda continuo a receber propostas de homens dos mais diversos quadrantes da esfera social. Querem conhecer-me de perto, apalpar-me, provar-me física e moralmente para entender melhor esta coisa de mulher escritora. Não lhes ligo importância nenhuma. Ignoro-os e continuo o meu caminho.*

A escrita (também) trouxe-me uma série de conflitos na esfera familiar. Raros são os casos de mulheres que seguem a carreira artística e que possuem uma família equilibrada. Esta é a minha situação e a minha luta.⁵”

CR: E o que há de gratificante para essa “mulher escritora”?

PC: *“A coisa mais gratificante no meio desta história foi a alegria e o carinho que a camada feminina me recebeu a mim e ao meu livro. Os jovens de ambos os sexos encorajam-me e pedem que escreva mais livros. Alguns até prometem-me que um dia serão escritores.*

Devo dizer que não há nada de heróico na minha luta e, de resto, desfruto de todo o prazer que a escrita me proporciona.”

CR: Então você enfrenta duas guerras: a de sobreviver como escritora e a de sobreviver como moçambicana... Como se sente essa Paulina Chiziane sobrevivente?

PC: *“Em Moçambique há uma guerra. A cidade de Matola onde eu vivo é alvo de confrontos entre as tropas governamentais e os rebeldes. Os estrondos das bombas já fazem parte do nosso ambiente nocturno. Vezes sem conta as balas estilhaçaram os vidros da minha janela. Em cada noite a insegurança é absoluta. Na hora de dormir, a despedida, o desejo de uma boa noite tem um sentido verdadeiro, porque o novo amanhecer poderá não pertencer mais à nossa história. Por isso mesmo dou aos meus escritos um carácter de urgência. Não gostaria de morrer sem ter concluído a minha obra. Várias vezes fui obrigada a abandonar a inspiração porque na minha rua morriam homens em combate. Várias vezes abandonamos a casa interrompendo os meus escritos porque tinha que procurar abrigo, a guerra era quente. Vezes sem conta vi-me na obrigação de despertar a altas horas da madrugada e retomar o trabalho porque só a essa hora é que os combates cessam.”*

CR: E, finalizando, quando a escritora Paulina Chiziane terá concluído sua obra?

PC: *“Sinto que escrever livros não é tudo quanto basta. Sinto que a maior contribuição virá no dia em que conseguir, na terra fértil, a semente da coragem e da vontade de vencer nos corações das mulheres que pertencem à geração do sofrimento. A minha maior realização virá no momento em que a planta brotar, no momento de vê-la crescer. Mesmo antes de vê-la florir, poderei já retirar-me da luta, repousar na sombra mais próxima, em paz e tranqüilidade.”*

Balada de amor ao vento: uma incursão pelo universo familiar moçambicano

Dividido em vinte capítulos, que somam 117 páginas, e com estrutura bastante semelhante à da novela, dada a existência de uma certa independência entre os capítulos, *Balada de amor ao vento*, conta a trajetória de SARNAU, uma mulher que tem os rumos de sua vida dirigidos pelo amor e, principalmente, pelos homens.

A narrativa desenvolve-se em *flashback*, com narrador ora em primeira pessoa (Sarnau) ora em terceira pessoa onisciente. A história de amor entre Sarnau e Mwando é o ponto onde se põe em funcionamento a memória da personagem, principal fluxo para a retomada crítica de toda sua conturbada trajetória de vida, que levou-a da riqueza à miséria, do casamento à separação, do amor à solidão. O amor adolescente, o casamento poligâmico, o ressurgimento do amor da adolescência, a traição ao marido, a fuga solitária, a sobrevivência na Mafalala, tudo está permeado pelo questionamento às convenções sociais e ao papel da mulher no contexto familiar moçambicano poligâmico e monogâmico. Os trechos narrados em primeira pessoa revelam, portanto, os sentimentos de Sarnau frente aos costumes e tradições e, sobretudo, frente ao papel social da mulher, colocado em conflito com seus desejos e sentimentos.

Diversos personagens secundários são apresentados no decorrer da narrativa, estando a maior parte deles presa ao fluxo temporal da memória, inscritos, portanto, em diferentes fases da vida da personagem, com exceção de Mwando, o primeiro amor, que, partindo e retornando, nada lhe oferece além de palavras e despedidas.

Vivendo em Mambone, cujo rio Save é a imagem mais recorrente no decorrer da narrativa, a jovem Sarnau, do “rebanho dos Twalufo”, é abandonada grávida por Mwando, um ex-seminarista, após ter vivido com ele uma história de amor repleta de palavras e esperanças. Mwando anuncia a Sarnau a decisão de casar-se com a bela Sumbi, moça rica e cristã, escolhida pelos pais do rapaz para ser sua esposa, num casamento monogâmico, diferente do casamento praticado pelos membros da tribo de Sarnau. Desesperada, Sarnau tenta o suicídio e acaba abortando. Aos poucos volta à rotina familiar. Sua vida, entretanto, muda quando ela é escolhida para ser a primeira esposa de Nguila herdeiro da tribo dos Zucula. O lobolo de 36 vacas é recebido, com grande contentamento, pela família de Sarnau.

Rainha, após a morte dos pais de Nguila, Sarnau, apesar da privilegiada condição social, sofre com a violência e as imposições do casamento poligâmico. Nguila tem outras seis esposas, espanca Sarnau constantemente e lhe cobra um filho. Ela, contudo, tem duas meninas gêmeas.

Mwando, após ter sido traído e abandonado por Sumbi, que, de forma tirana, durante o casamento, obrigava-o a assumir funções socialmente destinadas a ela, como cozinhar, lavar, cuidar da casa e etc., volta para Mambone e reencontra Sarnau, com quem reinicia um ardente caso de amor.

Sexualmente rejeitada pelo marido, que tem franca preferência pela quinta esposa, Phati, e tentada pelo convite à monogamia que lhe é feito por Mwando, Sarnau se entrega à relação amorosa, sem, contudo, saber como fugir do casamento. A situação agrava-se quando Sarnau engravida de Mwando e se vê obrigada a forçar uma relação sexual com o marido para que este não lhe descubra a traição. Nasce um menino, Zucula, o novo herdeiro. A

fuga, entretanto, é a única saída para Sarnau e Mwando quando são descobertos por Phati, que os denuncia a Nguila. Sarnau, para proteger o filho da possível descoberta de sua verdadeira origem, deixa as crianças e foge com Mwando. Viagens em pequenos barcos levam o casal a Vilanculos, aldeia que se sustenta à base da pesca. Mwando torna-se pescador e a vida toma uma nova feição para Sarnau.

Um amigo de infância de Mwando chega à aldeia com a função de procurar a rainha fujona e seu amante. Por amizade, previne Mwando que, acovardado, passa a ver em Sarnau a razão de todos os seus problemas e decide abandoná-la. Deixa-a sozinha e com mais um filho no ventre.

Tentando sobreviver, Sarnau vai parar na Mafalala, em Lourenço Marques, onde passa a se prostituir, adquire grave doença venérea, tem mais um filho de uma relação com um homem casado que rejeita a paternidade, perde um ovário e passa a viver da venda de tomates no mercado. Da relação com Mwando havia nascido Phati, que recebeu esse nome após um parto difícil, atribuído às magias de Phati, a esposa de Nguila que havia sido condenada à morte, após a fuga da rainha. Sarnau revê toda sua problemática relação com a inimiga e passa a considerá-la uma espécie de entidade protetora.

Mwando, por sua vez, após deixar Sarnau, envolve-se com a mulher de um português e, ao ser descoberto, acaba condenado à deportação para Angola, onde passa a trabalhar como escravo nas plantações de cana e café, praticamente no meio da floresta. Lá utiliza-se de seus conhecimentos religiosos e atua como missionário, ganhando respeito e a alcunha de “Padre Moçambique”, chegando a fazer, por isso, uma pequena fortuna. Após quinze anos, liberto, impõe-se-lhe o desejo de retornar à Moçambique e procurar por Sarnau. Gasta praticamente todo o dinheiro na viagem e, em Mambone, descobre o tipo de vida que Sarnau estava levando em Lourenço Marques.

Na Mafalala, Sarnau é surpreendida pelo retorno de Mwando, que lhe propõe recomeçar a história de amor e a vida em comum. Apesar do amor que irrompe novamente, Sarnau recusa a proposta de Mwando, culpando-lhe por toda a miséria em que vive, acusando-lhe de jamais estar presente nos momentos difíceis de sua vida, e etc. Mwando força a entrada na barraca de Sarnau, revela-se a Phati como pai e, encantando os filhos de Sarnau, pressiona-a a aceitá-lo de volta. Os filhos respondem pela mãe e, mais uma vez, Sarnau cede, ainda que consciente de que provavelmente terá que sustentar Mwando.

Voltando aos personagens secundários, pode-se observar que alguns deles representam arquétipos culturais moçambicanos. Em Nguila, por exemplo, está representado o elemento moçambicano original. Futuro rei da tribo dos Zucula, traz consigo todos os valores religiosos tribais da região. Polígamo, violento, de apetite sexual voraz, submete Sarnau a sofrimentos diversos, entre eles, a própria rejeição sexual. A descrição que a narradora (Sarnau) faz de Nguila expressa bem sua natureza animal: “Não vos falei ainda do meu marido, o Nguila, o homem mais desejado por todas as fêmeas do território. Não o conheço bem, mas estou devidamente informada sobre ele. É um búfalo enorme e forte como exige a nobreza de sua raça. Tem a pele bem negra, testa e nariz esbeltos, dentes branquíssimos, o que lhe confere um aspecto de espécie rara. Tem um caminhar dinâmico, dominante, sedutor. É um excelente caçador, o melhor atirador de arco e flecha. Não há quem meça

forças com ele. Nas bangas e tabernas é primeira a entrar e o último a sair e, quando se embriaga, é a coisa mais insuportável deste mundo. Dizem que é doido varrido pelo sexo oposto, o que orgulha o rei, seu pai. O padre Ferreira tentou cristianizá-lo sem resultado. Fez tudo para que ele estudasse pois não fica bem ao futuro rei ser analfabeto, e lá aprendeu algumas coisas, ao menos sabe ler uma carta.” (p. 31) A reação de Nguila à traição da esposa é a mais convencional possível: manda homens para perseguir Sarnau e Mwando. No entanto, ao final, acaba por contentar-se em substituir Sarnau pela irmã desta, o que acentua o caráter comercial do casamento. Por sua vez, tida como invejosa, ciumenta e feiticeira, Phati seria a mentora de todos os percalços de Sarnau: o parto difícil do herdeiro Zucula; o desinteresse de Nguila; o fracasso do casamento. Será ainda ela quem descobrirá a traição da rainha Sarnau, revelando tudo a Nguila. Por essa atitude, será morta. Passados alguns anos, Sarnau batizará a própria filha de Phati, reconciliando-se com a inimiga, tornando-a sua “santa protetora”.

Já Sumbi, rapariga escolhida para Mwando pelos pais dele, representa a maior força feminina transgressora do romance. De “uma beleza indescritível, agressiva”, Sumbi abandona Mwando, trocando-o por um outro homem endinheirado, quinze anos mais velho, casado com outras quatro mulheres e pai de quinze filhos. Antes, porém, de deixá-lo, Sumbi faz Mwando passar por todo tipo de “vexames” sociais. Ele assume tarefas domésticas (cozinhar e lavar, por exemplo), cobre a insaciável mulher de luxo, tolera os presentes que os admiradores da mulher enviam a ela. Sumbi é, portanto, uma personagem inscrita num só capítulo do romance (7), mas de vital importância dentro da perspectiva crítico-feminista que se faz notar no texto.

A seqüência introdutória do texto apresenta temáticas imediatamente relacionadas a uma subjetividade feminina associada à terra: “*Que a terra é a mãe da natureza e tudo suporta para parir a vida. Como a mulher. Os golpes da vida a mulher suporta no silêncio da terra. Na amargura suave segrega um líquido triste e viscoso como o melão.*”(p. 9) Sendo a mulher a geradora da vida e, por isso, estando ela integrada à imagem da terra-mãe natureza, é curiosa a relação desta mulher com o fenômeno, por exemplo, do lobolo (no sul), através do qual a mulher, substituída por gado, tem que romper com suas raízes familiares e agregar-se à família do outro.

No entanto, será o fluxo da memória que atuará para que a inscrição dessa mulher no espaço/tempo ganhe significação. Passado, presente e futuro serão integrados pelo fluxo da recordação. Sob esse aspecto, está sugerida uma tentativa de reconstrução do sujeito fragmentado pelas experiências do passado: “*uma parte de mim ficou no Save.*” (p. 10) e, ao mesmo tempo, relaciona-se esse sujeito-mulher a outras mulheres: “*Há muitas mulheres que vivem assim.*” (p. 10) Observa-se aí um sujeito coletivo, uma expressão integrada da identidade feminina compartilhada, que, no entanto, precisa ser semiotizada: “*Quem já viajou no mundo da mulher?*” (p. 9).

O trecho da narrativa que remonta ao primeiro encontro entre os dois personagens principais sugere um comportamento anticonvencional por parte de Sarnau. Mwando “nasce” enquanto sexualidade a partir dela, numa releitura do mito de Adão e Eva. Sarnau, relacionada à serpente, tem a sabedoria, o conhecimento, o domínio do sexo. Desse modo, também a imagem da mulher virginal está desconstruída pela imagem da mulher desinibida, sexualmente ativa, ainda que a associação à Eva remonte aos códigos morais e religiosos que vêm como “pecaminoso” esse comportamento. Curiosamente, como mito da criação, a autora toma um

modelo cristão e não um modelo tribal, índice evidente do sincretismo que permeia a narrativa, ao mesmo tempo em que é marca das associações ideológicas cristãs entre pecado e punição.

A partir do casamento com Nguila, evidencia-se no texto o enfoque dirigido às questões sociais, morais e religiosas relacionadas aos casamentos tribal e cristão, em seus diferentes aspectos. Enquanto Nguila assina a certidão de casamento, Sarnau imprime a digital no papel, evidenciando-se aí o papel subalterno da mulher. Por outro lado, enquanto Mwando adorava e protegia Sumbi, assumindo, inclusive, funções socialmente destinadas à mulher, ela o tiranizava com exigências cada vez mais absurdas face à real situação financeira do casal: “Mwando chegou ao cúmulo de esvaziar completamente os celeiros da família, para satisfazer os caprichos da esposa, filha do senhor de terras, a quem nunca faltaram capulanas garridas e colares de luxo para dar mais graça àquele corpo talhado pelos deuses da arte, não ia ela regressar ao lar paterno por sentir-se privada do luxo em que sempre vivera.” (p. 47) No entanto, o amor de Mwando por Sumbi gerava-se na transformação desta em objeto de desejo: “*Qual era a família de Mambone que não queria possuir a famosa flor do índico a embelezar seu jardim?*” (p. 46)

Ainda em relação ao casamento de Sarnau e Nguila, observa-se que a poligamia envolve um mascaramento da emoção e do desejo, expresso no descontentamento e no questionamento da personagem com o contrato social firmado.

Abandonando os filhos para protegê-los, Sarnau vivenciará nova fase e novos problemas: unida ao homem que supostamente estaria disposto a viver com ela um amor monogâmico, vê-se mais uma vez abandonada. De rainha passará a prostituta e mãe solteira.

Sarnau, por tudo o que foi exposto, é uma sobrevivente, um ícone do estar no mundo, não só de identidade moçambicana, mas mesmo de identidade universal. A questão poligamia/monogamia, por exemplo, ainda que uma problemática que, no romance, traz especificidades culturais moçambicanas, pode ser positivamente aberta sobre a realidade da mulher brasileira que, em virtude do modelo monogâmico cristão e legal, há muito tem feito concessões ao homem em termos de comportamento sexual.

Poligamia, monogamia, religião e magia, convenções sociais, a opressão sofrida pela mulher, status, poder e miséria, a importância da maternidade para a mulher são alguns dos diversos temas abordados em *Balada de amor ao vento*, primeiro romance de Paulina Chiziane, que, em 1996 publicou *Ventos do apocalipse*, recorrendo, portanto, à imagem do vento como força propulsora dos rumos que a vida toma.

“Em Vigiar e punir, de Foucault, aprendemos que os mais individuados são aqueles sujeitos colocados às margens do social, de modo que a tensão entre a lei e a ordem pode produzir a sociedade disciplinadora ou pastoral. Tendo colocado o povo nos limites da narrativa da nação, quero agora explorar formas de identidade cultural e solidariedade política que emergem das temporalidades disjuntivas da cultura nacional. Essa é uma lição da história a ser aprendida com aqueles povos cujas histórias de marginalidade estão enredadas de forma mais profunda nas antinomias da lei e da ordem — os colonizados e as mulheres.”

(HOMI K. BHABHA, 1998:214)

Conclusão

Reconhecer a inscrição moçambicana na contemporaneidade é uma forma de abrir as portas das “academias” para projetos e investigações críticas que absorvam essa literatura enquanto *corpus*. Por outro lado, o acesso ainda limitado às especificidades culturais do país e a tendência de ver o mundo com uma “aldeia global” acabam por originar um certo distanciamento das informações que permitem o reconhecimento da alteridade de uma cultura por si só tão múltipla. Apreender verticalmente o signo literário moçambicano

“Se, em nossa teoria itinerante, estamos conscientes da metaforicidade dos povos de comunidades imaginadas — migrantes ou metropolitanos — então veremos que o espaço do povo-nação moderno nunca é simplesmente horizontal. Seu movimento metafórico requer um tipo de ‘duplicidade’ de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais sem uma lógica causal centrada. E tais movimentos culturais dispersam o tempo homogêneo, visual, da sociedade horizontal. A linguagem secular da interpretação necessita então ir além da presença do olhar crítico horizontal se formos atribuir autoridade narrativa adequada à ‘energia não-sequencial proveniente da memória histórica vivenciada e da subjetividade’. Precisamos de um outro tempo de escrita que seja capaz de inscrever as interseções ambivalentes e quiasmáticas de tempo e lugar que constituem a problemática experiência ‘moderna’ da nação ocidental.”

(HOMI K. BHABHA, 1998:201)

À beira do mundo, à espreita do que chega, múltiplo na sua inscrição lingüística, o moçambicano traduz a própria atitude existencial do homem moderno que, face às inúmeras expectativas que a velocidade do caos contemporâneo lhe insufla, acaba por tornar-se espectador de si mesmo, sempre à espera de que alguém ou algo integre sua existência fragmentada ao uno que supostamente representa o mundo. O autoconhecimento e a capacidade de autodirecionar o rumo de sua vida são atitudes vedadas ao homem na atualidade e a multiplicidade lingüística que caracteriza a cultura moçambicana pode perfeitamente ser lida como um ícone do homem contemporâneo que, apesar da “comunicação de massa”, não logra fazer da linguagem um meio para alcançar tanto o autoconhecimento como o conhecimento do Outro.

Bibliografia:

- BADINTER, ELISABETH. (1986) *Um é outro: relações entre homens e mulheres*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BHABHA, HOMI K. (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- CHOMSKY, NOAH. (1975) *Reflections on language*. New York: Panteon Press, 1975.
- CHIZIANE, PAULINA. (1990) *Balada de amor ao vento*. Associação dos escritores moçambicanos.
- . (1992) “Eu, mulher, por uma nova visão do mundo...”. In AFONSO, ANA ELISA DE SANTANA (Org.). *Eu mulher em Moçambique*. Moçambique: UNESCO e AEMO.
- . (1996) *Ventos do apocalipse*. Edição da autora.
- DEL PRIORE, MARY LUCY MURRAY (1994) “A história do corpo e a Nova História: uma autópsia”, *Revista da USP*, set/out/nov.
- EAGLETON, TERRY. (1983) *Teoria da Literatura: uma introdução*. Oxford, São Paulo: Martins Fontes.

- FELSKI, RITA. (1995) *The gender of modernity*. London: Harvard University Press, Cambridge – Massachusetts.
- HOLLANDA, HELOÍSA BUARQUE DE. (1994) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- KRISTEVA, JULIA. (1987) *No princípio era o amor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LARANJEIRA, PIRES. (1995) *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LEMO, VIRGÍLIO DE. (1999) *Erocticus moçambicanus: breve antologia da poesia escrita em Moçambique (1944/1963)/ Virgílio de Lemos & heterônimos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Faculdade de Letras, UFRJ.
- LOPES, SILVINA RODRIGUES. (1994) *A legitimação em literatura*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- MELO, JOÃO DE. (1988) *Os anos da guerra 1961-1975: os portugueses em África (crônica, ficção e história)*. Lisboa: Edições Dom Quixote v II.
- RAMALHO, CHRISTINA. (1999 a) *Um espelho para Narcisa – reflexos de uma voz romântica*. Rio de Janeiro: Elo.
- . (org.) (1999 b) *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo.
- SANTILINI, MARIA APARECIDA. (1985) *Estórias africanas*. São Paulo: Ática, 1985.
- SARAIVA, JOSÉ HERMANO. (1988) *História concisa de Portugal*. Mira-Sintra: Publicações Europa- América.
- SECCO, CARMEN LUCIA TINDÓ. (1999) *Antologia do mar na poesia africana de língua Portuguesa – Moçambique/ São Tomé e Príncipe/ Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: UFRJ, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Em Letras Vernáculas e Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.
- SCOTT, JOAN WALLACH. (1988) *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press.
- . *Feminism & History*. (1996) Oxford: Oxford University Press.
- SHOWALTER, ELAINE. *Women, Literature Theory*. New York: Pantheon Books, 1985.
- . *Anarquia sexual. Sexo e Cultura no Fin de Siècle*. (1993) Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco.
- SILVA, ANAZILDO VASCONCELOS DA. *A lírica brasileira no século XX*. Campos do Jordão: Vertente Editora, 1998.

Notas Bibliográficas:

¹ Em 1990, a Constituição passou a aceitar a liberdade partidária.

² No final da década de 1980, estimava-se um produto interno bruto de 1,2 bilhão de dólares, com 80 dólares de renda per capita.

³ “Aspectos sócio-culturais relacionados com a frequência escolar das raparigas em Moçambique”, in *Eu, mulher em Moçambique*, p. 203.

⁴ Inserção minha.

⁵ Inserção minha.